

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Jaqueline Carvalho Quadrado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D453	(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência / Organizadora Jaqueline Carvalho Quadrado. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0840-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.406221412 1. Ciências. 2. Democracia. 3. Resistência. I. Quadrado, Jaqueline Carvalho (Organizadora). II. Título. CDD 500
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

À Sombra desta Mangueira
Escolhi a sombra desta arvore para repousar
do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem sempre espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e,
Conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
Minhas mãos ficarão calejadas;
Meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos;
Meus ouvidos ouvirão mais,
Meus olhos verão o que antes não viam,
Enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de esperar é um
Tempo de que fazer
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me:
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar na forma em que esperas
Porque esses recusam a alegria da tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me
Com palavras fáceis, que já chegastes
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente
Antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
Como jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.

A história de um evento acadêmico é sempre longa. Em seu enredo mesclam-se interesses intelectuais, condições materiais e políticas. O IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira tem origem em 2016, com a preocupação de um grupo de estudantes e professoras do Projeto de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, em torno de um fenômeno que provocava então – e segue provocando – grande debate público: os direitos das mulheres e dos LGBTQIAP+. De lá para cá, o Seminário foi ampliando seus temas, o que tem nos permitido dialogar com diversas áreas do conhecimento. Desde a edição de 2018, temos conseguido auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), mediante edital público, o que tem permitido publicar uma coletânea de textos, após o encerramento do Seminário.

Os artigos aqui apresentados, por professores/as, mestrandos/as, graduandos/as e profissionais, os/as quais subsidiaram as discussões que vêm sendo debatidas no Seminário, historicamente comprometido com a divulgação científica, nos marcos dos seus oito anos de existência. O evento foi realizado na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, RS, Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2022, na modalidade *on line*.

Os textos a seguir têm um propósito sociológico, antropológico, filosófico e político: pensar com as/os leitoras/es sobre questões de ciência, democracia e resistência presentes no cotidiano. As configurações das políticas públicas das últimas décadas têm apresentado novos desafios à reflexão nas ciências sociais e ciências humanas. Especialmente a perda relativa de importância das contradições de classe, que marcaram o último século de conquistas social-democratas, mostra-se como um desafio à reflexão crítica nas sociedades brasileira. Eis algumas questões: como podemos compreender a ciência, a democracia e as resistências nas lutas contemporâneas? Como os sujeitos tem se movimentado? Quais novos territórios de sociabilidade têm surgido e como as pessoas estão interagindo? Teríamos mais perguntas, mas o espaço é limitado. E as respostas? Sim, há possibilidades de mudanças, de rupturas com o atual sistema vigente, mas ainda não temos fórmulas mágicas. Precisamos fortalecer as lutas e resistências, e muito mais.

Agradeço em especial, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul- FAPERGS pelo auxílio financeiro, o qual foi possível realizar o evento e publicar esta obra.

Agradeço a contribuição de cada autor/a, os/as quais contribuíram para a composição da presente coletânea.

Desejo uma excelente leitura a todas/os!

Jaqueline Carvalho Quadrado
Coordenadora do IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: AVANÇO DO CONSERVADORISMO E IMPACTOS NA DEMOCRACIA	
Camila Telles da Silva Vitória Caroline Lopes Cruz Bianca Gabriela Stroff Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214121	
CAPÍTULO 2	9
PROTOCOLOS ÉTICOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA E ESCASSEZ: DA SOCIOLOGIA DE ULRICH BECK À FILOSOFIA DE NAOMI ZACK	
Daniel da Rosa Eslobão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214122	
CAPÍTULO 3	19
OS ATAQUES MISÓGINOS CONTRA AS MULHERES CANDIDATAS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2022	
Jaqueline Carvalho Quadrado Mylenna Machado Barcelos Bárbara Dutra Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214123	
CAPÍTULO 4	35
REDES SOCIAIS DIGITAIS: ANOTAÇÕES ACERCA DO RACISMO	
Otaviano da Motta Aquino Junior Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214124	
CAPÍTULO 5	45
A PREFERÊNCIA PATRIMONIAL E A LUTA INCANSÁVEL PELO LEMBRAR. POR QUE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO BORJA É MOTIVO DE TANTA MOROSIDADE?	
Domingos Sávio Campos de Azevedo José Luciano Gattiboni Vasques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214125	
CAPÍTULO 6	56
MAX WEBER E A LEGITIMIDADE DO PODER: APROXIMAÇÕES ENTRE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	
Daniel da Rosa Eslobão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214126	

CAPÍTULO 7	66
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Graciane Pedó Nunes	
Carmen Regina Dorneles Nogueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214127	
CAPÍTULO 8	74
NETNOGRAFIA DAS REDES: COMO AS REDES SOCIAIS MOLDAM O COMPORTAMENTO SOCIAL E POLÍTICO	
Júlia Corrêa	
Camili Rodrigues Lyrio	
João Vitor Marques Fagundes	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214128	
CAPÍTULO 9	91
MARTIN LUTHER KING E A ÉTICA DA NÃO-VIOLÊNCIA	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214129	
CAPÍTULO 10.....	102
O BRASIL QUE AINDA ESCRAVIZA	
Maicon de Matos Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40622141210	
SOBRE A ORGANIZADORA	125

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: AVANÇO DO CONSERVADORISMO E IMPACTOS NA DEMOCRACIA

Data de aceite: 22/11/2022

Camila Telles da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista da Chamada Interna nº 03/2022 - DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, no Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras. <https://orcid.org/0000-0003-1029-8579>
E-mail: camilatds2.aluno@unipampa.edu.br

Vitória Caroline Lopes Cruz

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista da Chamada Interna nº 07/2022 - GÊNERO E SEXUALIDADE, no Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras. <https://orcid.org/0000-0002-6659-6500>
E-mail: vitoriacruz.aluno@unipampa.edu.br

Bianca Gabriela Stroff

Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde da Família-Ujuí- FUMSSAR. <https://orcid.org/0000-0002-3222-4899> E-mail: gabrielastroff@gmail.com

Jaqueline Carvalho Quadrado

Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA, Rio Grande do Sul,

Brasil. Coordenadora do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras. <https://orcid.org/0000-0002-5220-3710>. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

RESUMO: As discussões acerca da violência política de gênero ainda são incipientes, o que acaba dificultando sua identificação e enfrentamento. O avanço do conservadorismo expresso pelo governo ultraneoliberal de Bolsonaro, apresenta um cenário marcado pela legitimação da violência e ódio contra o campo da democracia e das políticas públicas e sociais. Esse cenário se acentua ainda mais para a população que historicamente já vem sofrendo os impactos da herança colonial no Brasil, as populações originárias, pretas, pobres, periféricas, LGBTQIA+ e as mulheres. Dentro da política não é diferente, essa parcela da população segue sendo excluída das tomadas de decisões, diante disso, o presente estudo tem como objetivo observar quais são as violências políticas de gênero enfrentadas pelas mulheres e população LGBTQIA+ parlamentares do campo da esquerda que estão concorrendo

nas eleições de 2022 diante do atual governo ultraneoliberal. É possível identificar que diante da legitimação da violência e avanço do conservadorismo acerca da categoria gênero e pautas emancipatórias do atual projeto de governo em curso, as violências políticas de gênero sofrida pelos parlamentares de esquerda aumentaram no período das eleições de 2022, o que ameaça o curso do exercício da democracia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Política de Gênero; Democracia; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

A violência política de gênero é herança de um sistema colonial marcado pela violação de direitos da população originária, população preta, pobre e mulheres. O Brasil é marcado pela desigualdade social, o racismo, a violência de gênero e a homofobia que se estende às organizações políticas. Muito recente ainda estão as discussões acerca da necessidade de reparação histórica diante de tais violações, porém quem ocupa os espaços de tomada de decisões em grande maioria são os autores de tais violências, que procuram manter o status *quo* de dominação e exploração, os homens *cis*, brancos e héteros.

Com a primeira candidatura em 2002 do presidente Luiz Inácio da Silva do Partido dos Trabalhadores-PT, tivemos avanços em relação às reparações necessárias no país para que a democracia de fato fosse consolidada. Apresentou-se um cenário de avanço para a construção de um Estado democrático de direito, houve avanços na esfera das políticas sociais e políticas públicas, a construção do Programa Brasil Fome Zero teve grande êxito em tirar o Brasil do mapa da fome. A construção das universidades públicas e principalmente a construção das cotas que apresenta equidade na forma de acesso possibilitou que pela primeira vez a população pobre tivesse acesso a formação superior. A burguesia brasileira entrou em colapso, era inadmissível os filhos dos empregados estarem nas mesmas universidades de seus filhos. A população começou a criar consciência crítica e a questionar as estruturas e para além disso, se organizar politicamente.

Como resultado desse cenário de avanços e consciência tivemos em 2010 a primeira mulher a ocupar a chefia do estado, a presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores-PT, a presidenta enfrentou uma série de violência política de gênero que antes ainda não era nomeada enquanto tal, que se intensificou após a destituição ilegítima da então presidenta da república no ano de 2016. Essa série de violência enfrentada pela ex-presidenta Dilma não foi apenas por ela ser mulher, como também por ter um projeto de governo emancipatório e democrático.

Diante do exposto, o presente estudo busca apresentar resultados de pesquisa que teve como objetivo geral expor como a violência política de gênero enfrentada pelas

mulheres e população LGBTQIA+ parlamentares de esquerda que estão concorrendo nas eleições de 2022, vem sendo intensificadas com o avanço do atual governo ultraneoliberal e como isso impacta a democracia.

O artigo ora apresentado está organizado da seguinte maneira: percursos metodológicos da pesquisa; violência política de gênero e os impactos na democracia e ferramentas para o enfrentamento da violência política de gênero. Por fim apresentam-se as notas finais.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

“O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada, junto a quem está fazendo para nos fortalecer naquele lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê” (INSTITUTO..., 2022).

A presente pesquisa corresponde a uma revisão bibliográfica, que teve como referência o livro “Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil” -(2018), da autora Flávia Biroli e uma pesquisa documental que teve como fonte AzMina, Vote Relatório 2022 e Relatório parcial Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 Transparência Eleitoral Brasil.

Para a coleta de dados foi elaborado um roteiro norteador contendo cinco perguntas abertas para levantamento dos dados. O universo da pesquisa se dá baseados nas características do tema de pesquisa violência política de gênero e a amostra é baseada no livro e documentos emitidos nos anos de 2021 e 2022 pelo Observatório de violência política contra a mulher, no Projeto MonitorA, na Antra e na revista AzMina. Justifica-se a escolha do marco temporal da coleta documental por ser período pré-eleitoral e período eleitoral.No que tange o instrumento, foi elaborado um roteiro norteador, com cinco perguntas abertas, sendo elas: 1. Quais são as violências enfrentadas pelas candidaturas das mulheres e população LGBTQIA + de esquerda?; 2. Qual as consequências do cenário ultraneoliberal na democracia?; 3.Há apontamentos sobre o cenário ultraneoliberal impactar, incentivar a violência política de gênero?; 4. Quais os enfrentamentos e resistências para o combate a violência política de gênero? e 5. Qual a adesão das candidaturas de mulheres e população LGBTQIA + de esquerda em comparação a de 2018?

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO VIVENCIADO PELAS MULHERES E POPULAÇÃO LBTQIA+ NAS CANDIDATURAS DE ESQUERDA DIANTE DO AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016 o Brasil vem

sofrendo com o avanço do conservadorismo e a retirada de direitos. Se agravando com o governo de Jair Messias Bolsonaro Partido Liberal- PL de extrema direita, eleito em 2018, que vem propagando ódio, e uma série de retrocessos no campo dos direitos sociais e da democracia. As violações impactam diretamente a população pobre, preta, originária, mulheres, juventude e comunidade LGBTQIA. O projeto de governo do atual presidente, é um projeto firmado como *slogan* “Deus, pátria e família”, que busca através do conservadorismo religioso legitimar a violência contra toda população que não se insere nos moldes conservadores. Esse projeto em curso tem o propósito de governar para a burguesia a fim de manter a exploração e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. O que acaba por aumentar a desigualdade social e a naturalizar moralmente, apontando que é os indivíduos que não se esforçam, diante disso a autora aponta que esse governo está marcado pelo pensamento ultraneoliberal:

No pensamento ultraliberal, o mérito individual é tomado como pressuposto e valor, participando de uma visão individualista concorrencial que justifica as desigualdades e limita radicalmente abordagens sociais – e, em algum grau, coletivas – das desvantagens e da pobreza. No liberalismo de vocação igualitária, a crítica e a desconstrução das noções de mérito e talento abrem a possibilidade de analisar os contextos em que as escolhas individuais são feitas e as trajetórias tomam forma (BIROLI, 2018, p. 61).

Diante desse cenário, a responsabilização individual toma espaço, o Estado se afasta de sua responsabilidade de prover proteção social e naturaliza os desmontes da educação, da saúde, da previdência, da assistência que vem ocorrendo, com a desculpa de que cada um tem que prover sua própria proteção, abrindo espaço para a comercialização e capitalização dos serviços públicos. Esse projeto neofacista que não leva em consideração as condições socioeconômicas e sócio-históricas de sua própria configuração colocou o Brasil novamente no mapa da fome, segundo o IBGE (2022), a fome atinge 33 milhões de pessoas no Brasil.

Ainda segundo o IBGE, o Brasil atinge cerca de 10, 1 milhões de desempregados, e com a chegada da pandemia de COVID-19 em março de 2020, surgiu a necessidade de se pensar uma renda emergencial, o então Auxílio Emergencial regulado pelo Decreto N° 10.661¹ de 26 de maio de 2021, o Governo Bolsonaro queria que fosse no valor de R\$200,00 reais, em um país que segundo o DIEESE (2022), em agosto de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.298,91, ou 5,20 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00. Foi só então com o tensionamento da oposição, em especial da pancada feminista do Partido Socialismo e Liberdade-PSOL que o valor ficou em R\$600,00 reais e R\$1.200,00 reais para mães solo.

1. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10661.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.661%2C%20DE%2026,coronav%C3%ADrus%20\(covid%2D19\).](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10661.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.661%2C%20DE%2026,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19).)

Nesse sentido, é possível observar que a exclusão das mulheres, população LGBTQIA+, pretos parlamentares de esquerda que pautam a garantia de direito é favorável para a manutenção do sistema, pois sua inserção questiona e tensiona as estruturas que não querem ser alteradas pelo governo conservador em curso e para além dele. Segundo a revista *AzMina* (2022), a violência política de gênero vivenciada pelos parlamentares pode se expressar enquanto violência institucional, quando o ambiente institucional não comporta ou exclui os indivíduos, a violência moral que ocorre enquanto ameaças, xingamentos, ofensas e difamações, que podem acontecer ao vivo ou nas redes sociais. Ainda segundo a revista, o *MonitorA* que conta com uma equipe de jornalista, fizeram um levantamento das violências sofridas pelas candidatas na primeira semana da campanha de 2022 e foi apontado que ainda na primeira semana 97 mulheres candidatas receberam quase 4,5 mil ataques e/ou insultos pela rede social *Twitter*.

Há também a violência psicológica, perseguição e violência sexual e até mesmo assassinato como foi o caso da vereadora Marielle Franco em 2018 que foi brutalmente assassinada na cidade do Rio de Janeiro. Esse cenário de violência, racismo, misoginia e homofobia dificulta a inserção e a permanência da população que quer e deveria estar inserido com segurança nos espaços de tomada de decisões para que a democracia fosse de fato exercida no Brasil. A negação do direito a ocupar esse espaço é algo que ocorre historicamente e que recentemente está sendo posto em debate, exemplo disso é a criação da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021 que estabelece medidas para prevenir a violência política contra a mulher, sendo ainda necessário muito mais para barrar as atrocidades vivenciadas pelos parlamentares que nadam contra a corrente histórica da opressão colonial. Essa violência se estende na organização de recursos para as campanhas, como aponta a autora:

(...) a concentração de recursos para campanhas eleitorais nas mãos de certos grupos – como os religiosos conservadores e os proprietários de terra, já mencionados, mas também a chamada “bancada da bala”, que reúne militares, policiais e parlamentares ligados a empresas de segurança privada e à indústria armamentista – implica desequilíbrios no Congresso que incidem sobre a possibilidade de levar adiante as agendas no âmbito do Executivo, uma vez que os governos constituídos dependem do apoio parlamentar. A agenda das mulheres e da população LGBT tem sido parte de barganhas nas quais os setores reacionários impuseram sua agenda (BIROLI, 2018, p. 199-200).

Diante disso, temos o acentuamento da violência política de gênero diante do governo ultraneoliberal e reacionário Bolsonarista que gera uma série de retrocessos para a democracia brasileira e essa violação institucional perpassa os repasses de recursos das campanhas das mulheres e população LGBTQIA+ que permanecem à margem. No próximo item a seguir, será apontado quais as resistências existentes das candidaturas de

mulheres e populações historicamente marginalizadas de esquerda, diante do cenário de avanço do conservadorismo.

ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS CANDIDATURAS DE ESQUERDA QUE SOFREM VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A violência política de gênero ainda é um tema incipiente nas discussões atuais, porém a exclusão das mulheres e população LGBTQIA+ vem ocorrendo há anos. Os avanços que levam que essa população marginalizada ocupe os espaços de tomadas de decisões vem de muita luta da sociedade civil organizada, comunidade, movimentos sociais, partidos de esquerda e demais organizações sociais que pautam a democracia.

No que se refere aos enfrentamentos e resistências, observa-se que as iniciativas de incentivo e suporte à candidatura de mulheres, LGBTQIA+ e população preta e parda partem principalmente de organizações independentes, como a VoteLGBT que oferece apoio psicológico e jurídico a candidatas LGBTQs, além de potencializar a divulgação de campanhas de baixo orçamento através do próprio site. Outro programa, chamado voto com orgulho, realizado pela aliança nacional LGBTI+ oferece Curso de Formação de Pessoas Candidatas LGBTI+ & Aliadas, abordando assuntos como os direitos LGBTQs, políticas públicas, direitos humanos e outros que possam auxiliar no processo eleitoral. Além disso, fazem o monitoramento para o combate ao discurso de ódio e notícias falsas. Desde 2018 o Tribunal Superior Eleitoral- TSE aprovou que eleitores e /eleitoras transgênero poderem usar o nome social no título eleitoral e assim constar na seção eleitoral, mas ainda segue fazendo a leitura dos dados no enquadro do binarismo homem e mulher, não ampliando a leitura ampla das concepções identitárias de gênero, o que leva ao apagamento e dificulta a criação de políticas públicas (VOTELGBT, 2022).

Segundo o relatório parcial das eleições 2022, realizada pelo Observatório Eleitoral Brasil, traz dados publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) onde mostra um aumento de 49% em relação às candidaturas de 2018, totalizando 79 entre travestis, mulheres trans, homens trans e candidaturas não-binárias. Também, dados do projeto Vote LGBT mapearam 18 candidaturas LGBTQIA + de um total de 324 cargos ocupados.

Das candidaturas de mulheres, em comparação com as eleições de 2018, subiu de 32% para 34% em 2022 (TSE 2022), no entanto tem-se um número menor de mulheres eleitas. No senado, o número de mulheres cai de 12 para 10 em 2022. Em ranking realizado pela IPU Parline , que publica dados da porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, o Brasil está em 145º lugar, de 186 posições, atrás das vizinhas Argentina em 16º, Peru em 29º e Paraguai 132º lugar.

Ainda segundo o relatório parcial das eleições 2022, o Observatório Eleitoral Brasil aponta que pela primeira vez a soma de pessoas autodeclaradas pretas e pardas ultrapassou o número de candidatos brancos. Segundo dados do TSE, cerca de 48,2% das candidaturas se declararam da raça/cor branca, 36,15% se declararam pardos, 14,05% se declararam da raça/cor preta, 0,64% da raça/cor indígenas e 0,4% da raça/cor amarela. No que tange às candidaturas negras eleitas, foram eleitos 135 deputados, 12 a mais que em 2018. Os resultados para o senado ainda dependem do resultado do segundo turno.

Sendo assim, é possível observar que as organizações independentes e as candidaturas das mulheres e população LGBTQIA+ e demais populações historicamente excluídas é quem fazem os debates acerca da violência política de gênero emergir na cena pública. Revistas como AzMina que através do mapeamento “elas no congresso” traz dados concretos sobre a ocupação dessas populações no Congresso, quais são os projetos que o sistema permite passar, quais os orçamentos repassados e para além disso, as repercussões dessas pessoas em seu cotidiano enquanto parlamentar que vivencia as mais diversas violências. Essas organizações expressam resistência uma vez que trazem dados tão importantes e que institucionalmente, tanto pelo Tribunal Superior de Justiça-TSE como demais órgãos institucionais é negligenciado.

A importância de se haver a organização da sociedade civil para que ocorra mudanças estruturais que levem a uma mudança concreta no congresso nacional para que a população marginalizada possa estar ocupando os espaços com segurança e a sociedade avançar na democratização do país.

CONCLUSÃO

A violência política contra as mulheres e contra a população preta, LGBTQIA+ e população originária se dá dentro de um sistema que permeia desigualdades sociais. Onde se definem quem deve ocupar os espaços de tomadas de decisões de forma conservadora, dividido entre público e privado; o privado destinado às mulheres que são atribuídos os cuidados da casa e da família e os homens o âmbito público que trabalham e ocupam as tomadas de decisões. O patriarcado perpetua essa ideia como se fosse algo natural, e os reflexos disso é a exclusão e a dificuldade da permanência das mulheres na política.

Para além disso, o Brasil carrega uma forte herança colonial marcada pelo racismo estrutural, que exclui a população preta e desumaniza os indivíduos, deslegitimando suas candidaturas dos mesmos.

Diante do exposto, é possível observar que ainda é incipiente as ações concretas que potencialize que as populações historicamente vulnerabilizadas ocupem os cargos de tomadas de decisões no campo da política institucional, o que impacta na consolidação

de um país democrático. A violação de direitos dessas populações coloca o Brasil em um estado de estagnação, pois se todas as realidades, em suas individualidades não forem pautadas e levadas em consideração a sociedade não terá avanço algum.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 266 p.

BRASIL. LEI Nº 14.192, DE 11 DE AGOSTO DE 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm Acesso em: 06, outubro. de 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Quem é Marielle Franco?. **Instituto Marielle Franco**. Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle?gclid=Cj0KCQjwhY-aBhCUARIsALNIC068NQGCIU4C7FmGWbnEUCBTWWPX4AcEry7E7rCtH6cbUxFZL4VjfHAaAms-EALw_wcB. Acesso em: 5 out. 2022.

REVISTA AZMINA. **MonitorA – Eleições 2020** – Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/monitora-2020/> - Acesso em 10 out. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) TRANSPARÊNCIA OBSERVAÇÃO ELEITORAL. **Relatório parcial Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022**. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Parcial-1-turno-TE-Brasil-Versao-Final-2.pdf> Acesso em: 05 out. 2022.

VOTELGBT. **A Política LGBT+ Brasileira: entre potências e apagamentos**. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/62839ef52f76f546de002ce0/1652793081067/220517_vote_relatorio_2022.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja



Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja

